## DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Relatório do auditor independente Demonstrações financeiras**

## Em 31 de dezembro de 2022

INS/AR/RF/PVJ 0563/23

## DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022**

## Conteúdo

**Relatório da Administração**

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Balanço patrimonial

**Demonstração do resultado Demonstração do resultado abrangente**

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Demonstração dos fluxos de caixa

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

2



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

# APRESENTAÇÃO

Este é o 14º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP” ou “Instituição”), que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2022.

A edição de 2022 destaca as ações tomadas pela Desenvolve SP em seu plano de negócios abrangendo conceitos de sustentabilidade e inovação e o aporte de R$ 1 bilhão realizado pelo controlador no exercício.

# DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007, tendo sido constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R$ 3,2 bilhões, a Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe a Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2026 e de seu Plano de Negócios 2022, foram definidos como princípios transversais a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

* **MISSÃO**

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

## VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

## VALORES

* Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
* Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
* Buscamos a eficiência em todos os negócios;
* Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
* Temos orgulho de fazer parte desse time!

## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2022 a 2026, foram definidas como diretrizes de atuação:

## INOVAÇÃO:

* Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade.
* Adotar modelos de negócios baseados em estruturas organizacionais inovadoras e de transformação digital.

**SUSTENTABILIDADE:** Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da Instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

**PESSOAS:** Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

**EFICIÊNCIA:** Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

## RELAÇÃO COM GOVERNO:

* Participar dos Programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, modernização, reduzindo as diferenças regionais.
* Estar presente nos planos de retomada da economia após Covid-19.

## PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2022

Alinhado ao plano estratégico, o Plano de Negócios, representado pela sua matriz de atuação, indica os caminhos táticos que o Desenvolve SP deve percorrer no ano.

Fundamentados em **Sustentabilidade e Inovação** como princípios transversais, cinco são os pilares de atuação, alinhados aos ODS: Inovação nos negócios; Inovação e crescimento organizacional; Ambiental; Social; e Governança.

## APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023-2030

Em novembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2030, tendo como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios ESG.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: https://[www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-](http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-)

corporativa/planejamento-estrategico/

## AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento a Deliberação Codec 04/2019, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, envolvendo a participação de

11 membros, sendo nove do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e dois da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que atestou a sua conformidade.

## PÚBLICO-ALVO

O foco da Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R$ 81 mil até R$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

## PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2022

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2022-2026, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2022.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram como Meta Global1 um resultado de 85,15%2.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de Governança Corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade.

1Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

Resultado prévio

A Instituição baseia suas atividades nas boas práticas de governança corporativa, utilizando para isso os seguintes instrumentos de governança corporativa: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência e de governança e intranet.

O Estatuto Social da Desenvolve SP foi elaborado em conformidade com as leis e normativas vigentes e regulamenta, em linhas gerais, o funcionamento da Instituição, os direitos e obrigações dos órgãos colegiados estatutários.

As Políticas Internas definem parâmetros, diretrizes ou orientações, que facilitam e servem de base para o processo de tomada de decisões e comportamento em qualquer nível da empresa.

Com uma estrutura de Governança Corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão sempre de forma colegiada, a Desenvolve SP aumentou a sua estrutura de Governança Corporativa em 2022 com a criação de dois novos comitês colegiados internos, fortalecendo o processo:

* Comitê Gerencial: O Comitê Gerencial, criado em substituição ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios, é composto pelos colaboradores da Desenvolve SP no exercício dos cargos de Superintendente, Chefe de Gabinete, Ouvidor e Gerente diretamente vinculado a Diretoria. Suas atribuições são acompanhar aformulação e execução do Plano de Metas vigente e demais atividades relacionadas,com propostas de atuação e sugestões de aprimoramento, acompanhar os Projetos Corporativos e propor alterações, prestar contas de sua atuação para os demais gestores e funcionários da Desenvolve SP, além de apreciar temas transversais da Instituição que não são da competência dos demais comitês;
* Comitê de Tecnologia da Informação: Composto por colaboradores da Desenvolve SP, o Comitê de Tecnologia da Informação tem como principal atribuição direcionar e priorizar os investimentos e projetos estratégico, arquitetura, segurança da informação e desenvolvimento de sistemas e implantações, sempre primando pela boa governança de TI.

Por fim, visando reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre as unidades da Desenvolve SP, bem como em seu relacionamento com órgãos externos, a Desenvolve SP iniciou sua participação, em 2022, no Programa São Paulo Sem Papel.

* 1. **CONTROLES INTERNOS, *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCOS**

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pela Resolução CMN nº 4.943, de 15 de setembro de 2021, a Desenvolve SP possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC), que estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

Como parte do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático da carteira de crédito da Instituição, são utilizadas as informações dos Cenários 2040, provenientes do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo (ZEE- SP).

Além disso, faz parte da PGRSAC a Lista de Exclusão da Desenvolve SP, que contém as atividades e os empreendimentos não financiados e as situações envolvendo condenação em crimes sociais, ambientais ou climáticos. Essa lista foi revisada, passando a contemplar itens das Listas de Exclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da International Finance Corporation (IFC), do New Development Bank (NDB), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em 2022, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se as ações voltadas à promoção de treinamento dos colaboradores. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição https://[www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/.](http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/)

## PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

A Desenvolve SP participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Está em andamento a verificação dessas sugestões, para posterior definição dos procedimentos para implantação.

# AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2022 a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre as principais ações, destacam-se:

* Criação da Superintendência de Sustentabilidade e Impacto (SUSIM), responsável pela estratégia de sustentabilidade da Desenvolve SP, com atuação transversal ao planejamento estratégico e às políticas institucionais.
* Elaboração e divulgação do Framework de Financiamento Sustentável, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo conteúdo obteve avaliação independente (SPO – *second party opinion*) da empresa NINT – Natural Intelligence.
* Atualização da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece os princípios e as diretrizes de natureza social, ambiental e climática da Desenvolve SP, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021.
* Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2021, em conformidade com a opção Essencial, as diretrizes e recomendações das normas da organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI).
* Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios.
* Continuidade da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), cujo objetivo é incentivar empresas públicas e privadas, associações e municípios paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em 2022, a Desenvolve SP participou da publicação do livro “Acordo Ambiental São Paulo – 91 Cases de Sucesso”, com o case “Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do Plantio da Integração”.
* Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP, confeccionada em parceria com o BID.
* Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados alinhados às metas dos ODS, cujo progresso se dará ao longo de 2023.

# LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

## Linhas de financiamento

* + **Setor privado**

Em 2022 foi lançada a Linha Digitaliza SP. Criada em cooperação com o Senai- SP, a linha visa oferecer financiamento para implantação de projetos de transformação digital de forma rápida e simplificada. Os clientes passam por consultoria Senai para estruturação do projeto e podem solicitar o financiamento para garantir a implantação.

## Setor Público

Em 2022 foi realizada a assinatura de Convênio e de plano de trabalho para equalização parcial de juros da Linha Desenvolve Municípios (LDM), em parceria com o Governo do Estado de SP, tendo esta linha o objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana e de iluminação pública. Em 2022 foram contratadas 72 operações pela mesma, totalizando mais de R$ 920 milhões em valores contratados.

Também houve o lançamento da Linha Municípios Sustentáveis (LMS), com condições diferenciadas e focada em operações de crédito destinadas a financiar investimentos municipais destinados à projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de CO² e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, além de investimentos em infraestrutura sociais, como escolas, hospitais e destinações turísticas, desta forma contribuindo para uma carteira de crédito do setor público mais alinhada com os ODS da ONU.

## Fundos Garantidores

A Instituição opera com seis fundos garantidores: FGI, FGI CL, FGI PEAC, FDA, FAMPE e FGO/PRONAMPE.

Com o objetivo de fornecer garantias para operações de eficiência energética a Desenvolve SP implementou, no final de 2022, o Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE), com patrimônio de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela GiZ. Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados para a Desenvolve SP mais de R$ 400 milhões em operações de crédito.

## Fundos de Desenvolvimento

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados à programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Em janeiro de 2022, a Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R$ 46 milhões. O Fundo, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tem como objetivo o financiamento e o investimento em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Campinas.

Em dezembro de 2022, a Instituição firmou contrato com a Secretaria da Habitação para a prestação de serviços de administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R$ 30 milhões.

Ao final de 2022, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R$ 3,1 bilhões, distribuídos na gestão de 6 Fundos Garantidores e de 12 Fundos Estaduais de Desenvolvimento: BPP – Banco do Povo Paulista; FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos; FUNAC – Fundo; Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo; FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista; FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social; FUNDESVAR – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira; FUNDESPAR – Fundo de Des. Econ. e Soc. do Pontal do Paranapanema; FUNDOVALE – Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; FUNCET - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FEPRAC – Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas; FUNDOCAMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas; e FGH – Fundo Garantidor Habitacional.

Estão sendo negociados, junto às Secretarias de Estado, a internalização dos seguintes Fundos a Desenvolve SP, previsto para ocorrer nos próximos anos: FUMEFI

* Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento; FDMBS - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista; FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição; FRMS - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba; FRMJ - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Jundiaí (criação já autorizada por lei); FRMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba (criação já autorizada por lei); e FSJRP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (criação já autorizada por lei).

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R$ 1,2 bilhão, por meio de 96 mil contratos, beneficiando 513 municípios. Em 2022, alcançou o montante recorde de R$ 341,1 milhões, beneficiando 19,5 mil microempreendedores. O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

# PARCEIROS

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP atua como instrumento financeiro em diversos programas, como: Programa Vale do Futuro; Programa de Crédito Turístico; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV); Programa Novo Rio Pinheiros; Programa Pontal 2030 (Paranapanema); Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi); Programa de Apoio à Inovação; Programa Empreenda Rápido; Transformando Cidades; Programa Frota Nova; Programa Água Limpa; Programa SP

+ Consórcios; Programas de Crédito Emergenciais; Programa DesenvolveMunicípios.

## ENTIDADES PARCEIRAS

Em 2022, a Desenvolve SP tornou-se membro da Associação Latino- Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). A Alide é um organismo internacional que representa os bancos de financiamento latino- americanos desde 1968, visando contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios, impulsionando setores econômicos na América Latina.

## PUBLICIDADE, PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS

* + - **Campanha Publicitária**

Em 2022, realizamos campanha publicitária para divulgação de nossas linhas de financiamento sustentáveis, para inovação e capital de giro. A campanha de publicidade teve grande importância para a geração de novos pedidos de financiamento e para levar tráfego qualificado ao site.

Em períodos de maior investimento, as ações de busca que fizeram parte da estratégia da campanha foram a maior fonte de tráfego ao site da Desenvolve SP.

## Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas

A Desenvolve SP lançou em 2022 o Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas – Como se adequar ao novo mundo, com a proposta de apresentar o cenário atual e alertar sobre a importância e inevitabilidade de se adaptar. Evidenciar que a economia sustentável é benéfica não só para o bem-estar da sociedade e para a preservação do meio ambiente, mas também para o sucesso financeiro das empresas e para o desenvolvimento econômico do nosso estado e país. Incentivar e orientar os empresários na construção deste novo modelo econômico mais sustentável.

Foram mais de 7,2 mil acessos à página do guia.

## Novo site

Em novembro um novo site da Desenvolve SP foi lançado. Uma versão com visual atualizado, mais moderno e intuitivo com o objetivo de melhorar ainda mais a experiência do usuário na busca pelos produtos e informações sobre a Desenvolve SP. O site representa o compromisso da Desenvolve SP em manter-se atualizado, e gerar a melhor experiência possível ao usuário.

## Patrocínios

Como parte do posicionamento estratégico desenvolvido para o fortalecimento da marca e a difusão da cultura empreendedora, em 2022 a Desenvolve SP se mostrou mais uma vez uma parceira importante em iniciativas que reforçaram o suporte ao ambiente de retomada econômica do estado em vários setores e o alinhamento da Instituição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da ONU.

Foram firmados os seguintes patrocínios em eventos institucionais: Projeto "Agenda São Paulo 2022", evento "Alternativas para o desenvolvimento", evento "Semana da Sustentabilidade - 2022 - BID Invest”, evento "Agora é que são elas, protagonismo feminino nos negócios”, Almoço de confraternização - Abimaq/ Sindimaq e Encontro Nacional Absolar 2022.

# DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

## CONJUNTURA ECONÔMICA

1. **MUNDIAL**

O biênio 2020 e 2021 ofereceu um grande desafio para a economia mundial em função da pandemia do Covid-19. Quando a pandemia surgiu em 2020, a economia global sofreu um grande choque, saindo de uma alta de 2,8%, em 2019, para uma recessão mundial de 3,8%, em 2020. As cadeias produtivas e de logística mundiais foram afetadas, provocando desabastecimento e descontrole inflacionário. A retomada econômica em 2021 ficou condicionada à reabertura dos mercados internacionais e aos programas de vacinação, que foi essencial para o bom resultado dos principais indicadores econômicos mundiais. No biênio 2022-2023, havia expectativa de que os principais indicadores econômicos apresentassem um ritmo de retorno à normalidade, na medida em que fosse superada a pior fase da pandemia. No primeiro semestre de 2022, porém, dois acontecimentos modificaram significativamente o cenário internacional: (I) Invasão russa na região da Ucrânia e (II) a política de combate ao vírus adotada pela China, causando ruptura nas cadeias globais de suprimentos, o que pressionou a inflação em nível mundial, levando a uma desaceleração mais intensa nas principais economias. Nesse cenário, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório do World Economic Outlook (outubro/2022), as projeções para crescimento global são de 3,2%, em 2022, e de 2,7% em 2023.

## BRASIL

Os dois primeiros anos de pandemia revelaram-se um período de resiliência para a economia brasileira. A queda de 3,9%, do PIB brasileiro em 2020 mostrou que a pandemia colocou a atividade doméstica na rota de uma recessão em níveis recordes. No entanto, as políticas fiscais, com o auxílio emergencial, monetária expansionista, com a taxa Selic em seu menor patamar, tiveram papel fundamental para atenuar esse processo ao longo de 2020. O ano seguinte, por sua vez, foi marcado pela retomada econômica, onde a economia registrou um avanço de 4,6%. Apesar deste avanço, dois indicadores importantes ficaram no radar, a inflação e a Selic. No biênio 2022-2023, mesmo com bons resultados de atividade, a economia brasileira foi afetada pelo cenário internacional. A inflação também se mostrou resiliente, com impacto determinante para o início do ciclo de alta da taxa Selic, que em outubro atingiu 13,75%. As projeções do FMI para o PIB em 2022 são de crescimento em 2,8%, e de 1% em 2023.

## SÃO PAULO

Dentro do contexto nacional, São Paulo também foi muito impactado pela pandemia da Covid-19. No período 2020 a 2021, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), no estado houve fôlego e capacidade de resistência para atravessar o momento mais crítico da pandemia. Assim, os resultados econômicos do estado revelaram-se positivos, o que forneceu boas condições para uma expansão robusta em 2022. Em 2022, a atividade econômica apresentou bom ritmo de crescimento em relação ao ano anterior. De acordo com a Seade, dentre os fatores que esclarecem esse resultado, pode-se destacar o Auxílio Brasil e a flexibilização das medidas restritivas, muito favorável aos serviços, principalmente os segmentos mais afetados pela pandemia, como transportes, turismo, entretenimento, hospedagem e alimentação. Outro fator foi o crescimento de 10,8% na taxa de ocupação em São Paulo, em comparação com o primeiro trimestre de 2021. As projeções da Seade relativas ao fechamento do ano se direcionam para um crescimento moderado da economia paulista, com influência positiva dos pacotes de benefícios sociais e da desaceleração da inflação e negativa do cenário internacional. Desta forma, as projeções para o PIB paulista têm agora mínima de 1,7%, média de 2,1% e máxima de 2,7%.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

* + **Desembolsos**

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2022, totalizaram R$ 6,1 bilhões (13.286 operações), distribuídos em 478 municípios, para 192 prefeituras e 10.072 empresas.

Em 2022, os desembolsos somaram R$ 735,7 milhões, sendo 66,6% liberados com recursos próprios e 33,4% com recursos de terceiros, atendendo 1.713 empresas e 38 prefeituras, abrangendo um total de 246 municípios.

Ainda sob efeito do reflexo do período de transição pós-pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, mantendo a procura por capital de giro, o que representou 61,3% do valor desembolsado em 2022. Outros 33,8% foram destinados a projetos de investimento e 4,9% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R$ 1 milhão, através de 1.559 operações, totalizaram R$ 327,2 milhões, 39,7% maior que em 2021.

Para o setor de serviços, foi desembolsado em 2022, R$ 231,5 milhões, que correspondem a 31,5% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 22,0%, comércio com 21,1%, o setor público com 19,1%, setor de construção com 5,8% e o setor do agricultura, pecuária e pesca om 0,5%.

Os desembolsos para inovação somaram R$ 20,5 milhões. No período de 2013 a 2022, a Desenvolve SP atingiu o total de R$ 271,8 milhões, sendo 48,6% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

## Setor Público

O financiamento ao setor público, um dos focos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Desenvolve SP, atingiu um de seus melhores resultados desde a constituição da empresa, principalmente no que tange aos temas de contratações e liberações de recursos.

## Desembolsos

Desde o início das operações com o setor público, foram realizados mais de

1.500 desembolsos, referentes à 360 contratos firmados com 192 prefeituras, totalizando mais de R$ 1 bilhão em desembolsos acumulados. No ano de 2022 foram desembolsados R$ 140 milhões, beneficiando 38 prefeituras.

## Formalização

Desde o início das operações com o setor público, 192 municípios paulistas já contrataram crédito para projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos, pavimentação urbana, assim como projetos sustentáveis que proporcionaram impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução na emissão de gás carbônico.

Nesta linha, somente em 2022 foram formalizados 116 novos contratos com prefeituras, totalizando mais de R$ 1,2 bilhão em valores contratados, valor que representa mais do que o dobro sobre o que já havia sido feito desde a constituição da empresa.

Entre os novos contratos de crédito assinados em 2022, estão projetos municipais nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, como, por exemplo, o financiamento de usinas fotovoltaicas e projetos para eficiência energética em iluminação pública.

## Operações de Crédito

Neste ano, o saldo da carteira de crédito atingiu marca histórica, fechando 31 de dezembro de 2022 em R$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% em relação a 2021.

Em decorrência da maior procura, em função da pandemia, as operações de crédito de capital de giro representam 52,8% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Em relação ao porte, 77,5% do total da carteira de crédito do setor privado refere-se às micro, pequenas e médias empresas, e a representatividade do saldo de carteira do setor público em relação ao total alcançou 14,4%.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 14% de operações com vencimento de até 360 dias e 86% acima de 360 dias. Vale destacar que 85,3% da carteira está classificada entre os ratings “AA” e “C”.

* + Cobrança

A Instituição contratou 5 (cinco) escritórios de advogados e 2 (dois) escritórios de cobrança administrativa, que tornou ainda mais efetiva a cobrança extrajudicial, permitindo também a adoção de medidas judiciais de forma mais célere.

Além disso, a Instituição tem conjugado esforços visando à obtenção dos créditos de difícil recuperação, de forma a permitir uma melhoria na qualidade da carteira, bem como possibilitar o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem. Como fruto dessas ações, em 2022 foram obtidos mais de R$ 24,8 milhões em regularização de prejuízo.

Apesar do arrefecimento da pandemia, muitas empresas ainda não conseguiram retomar suas atividades integralmente e a Desenvolve SP promoveu, a partir de outubro a dezembro/2022, uma campanha de renegociação que concedia carência de 6 meses, dedução dos encargos por atraso e o pagamento somente de uma parcela à vista para amortização do saldo. Foi renegociado pela campanha mais de R$ 20 milhões, que saiu da situação de inadimplência possibilitando a manutenção do índice dentro da meta prevista para o exercício.

* + Leilão de ICMS

Em 2022 a Desenvolve SP realizou o décimo oitavo leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O leilão ocorreu em julho e teve um montante de créditos de R$ 18,7 milhões, sendo adquiridos por R$ 17,9 milhões, o que representa um deságio de 4,5%.

* + *Funding*

Para cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do Estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a demanda.

Em 2022, foram ratificados pelo Conselho de Administração os processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) e com foco em investimento em projetos de infraestrutura para os setores público e privado, com conteúdo de sustentabilidade. A operação com o NDB possui prazo total de 10 anos, com 5 anos de carência. Já a captação com o BID possui prazo de 25 anos com 5 anos e 6 meses de carência.

Cabe salientar que no final de 2022, foi aprovado pela Corporacíón Andina de Fomento (CAF) – Banco de Desarrollo del América Latina o aumento de limite de nossa linha de crédito rotativo de USD 50 milhões para USD 100 milhões.

Outrossim, ressalta-se que em 2022 a Desenvolve SP retomou conversas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2022 lucro líquido de R$ 202,6 milhões, **o maior de sua história,** representando crescimento de 99,6% em relação a 2021.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 304,2 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 22,3 milhões; gerando resultado operacional de R$ 281,9 milhões (87,8% maior que 2021). O destaque foi para os crescimentos de 163,0% nas receitas com títulos e valores mobiliários, reflexo do aporte do controlador na Instituição no valor de R$ 1 bilhão e da elevação da Taxa Selic, e, 99,0% nas receitas de prestação de serviços, geradas preponderantemente pela administração dos fundos do Governo. Em contrapartida, houve o crescimento de 114,0% nas despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com Patrimônio Líquido de R$ 3,4 bilhões, dos quais R$ 1,0 bilhão é decorrente do aporte de capital do controlador, realizado em dezembro/2022, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) no encerramento do exercício foi de 8,57%. O Índice de Eficiência atingiu 20,3% em 2022, uma redução de 13,9 p.p. em relação a 2021.

O total de ativos alcançou R$ 4,9 bilhões em 2022, composto por 55,0% de títulos e valores mobiliários, 41,0% de operações de crédito (destes, 60,3% de recursos próprios e 39,7% com recursos de terceiros), e 4,0% de outros ativos.

A agência de classificação de risco Fitch Ratings, em 26 de agosto de 2022, afirmou para a Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo em ‘AA(bra)’, com perspectiva estável, e o IDR - *issuer default rating* (Rating de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moeda estrangeira em ‘BB–’, também com perspectiva estável. Em 28 de julho de 2022 foi revisada a perspectiva dos IDRs da Desenvolve SP de Negativa para Estável. De acordo com a Fitch “a capitalização da Desenvolve SP é muito forte. No primeiro semestre de 2021, o governo do estado autorizou aportes de capital de R$ 69 milhões, e a Instituição recebeu R$ 1 bilhão do governo paulista em novembro de 2021. Em março de 2022, os índices de Capital Nível 1 e de capital total da agência de fomento atingiram 77,8%”. A Fitch destaca ainda que “a qualidade dos ativos da Desenvolve SP é adequada aos riscos que ela assume. Em dezembro de 2021, o índice créditos na faixa ‘D–H’/créditos brutos foi de 10,1% (7,6% em 2020 e 10,6% na média dos últimos cinco anos). Devido ao seu modelo de negócios de desenvolvimento, ao maior apetite por risco e à estratégia de concessão de crédito de longo prazo, as provisões tendem a ser maiores, em média, frente às de outros credores. A Instituição tem bons controles de risco, e a cobertura de provisões para crédito foi satisfatória em dezembro de 2021: 67%”.

# DESTAQUES

* Maior lucro líquido anual da história da Desenvolve SP, no valor de R$ 202,6 milhões, 99,6 % maior que em 2021;
* Assinatura do convênio do “Programa Desenvolve Municípios”, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas e recursos aportados na Desenvolve SP;
* Leilão de créditos de ICMS no valor de R$ 18,7 milhões;
* Processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
* Desenvolve SP e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) retomaram conversa para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.
* Aumento do limite disponível pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) a Desenvolve SP, que passou de US$ 50 milhões para US$ 100 milhões;
* Participação no programa Potencializee com recebimento de subvenção de EUR 8 milhões para a criação de um novo fundo garantidor voltado para operações de eficiência energética e com potencial de viabilizar mais de R$ 400 milhões em operações de crédito ao longo de 3 anos;
* Lançamento da Linha Digitaliza SP, que visa oferecer crédito para MPEs da

Jornada da Transformação Digital do SENAI-SP;

* Publicação do primeiro Framework de Financiamento Sustentável de uma agência de desenvolvimento do Brasil, em parceria com o BID;
* Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R$ 46 milhões;
* Desenvolve SP firmou contrato para administração dos recursos do Fundo

Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R$ 30 milhões;

* Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP;
* Publicação de case no Livro do Acordo Ambiental São Paulo, da Cetesb, intitulado Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do “Plantio da Integração”;
* Publicação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021;
* Renovação da adesão ao Pacto Global da ONU – Rede Brasil, para engajar empresas na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção;
* Manutenção da adesão Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia

Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);

* Criação de dois novos comitês colegiados internos: Comitê Gerencial e Comitê de Desenvolvimento de Negócios;
* R$ 3,1 bilhões sob gestão da Desenvolve SP de 12 fundos estaduais especiais e 6 fundos garantidores;
* Lançamento do Guia ESG da Desenvolve SP, referente às práticas ambientais, sociais e de governança da Desenvolve SP;
* Desenvolve SP alcança a marca de R$ 6,1 bilhões em desembolsos no acumulado histórico, tendo também ultrapassado a marca de R$ 1,0 bilhão de desembolsos na linha de crédito digital;
* Em 31 de dezembro, o saldo das operações de crédito da Instituição totalizou R$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% quando comparado a dezembro de 2021 e o maior de sua história;
* Desenvolve SP se torna membro da Associação Latino-Americana de Instituições

Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE);

* Campanha de recuperação de créditos para operações inadimplentes, de outubro a dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

**RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO**

Diretor Presidente

e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

## KAREN KEMELY MUSSI MHEREB

Diretora Financeira e de Crédito

e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

Tel.: +55 11 3848 5880 Rua Major Quedinho 90

Fax: + 55 11 3045 7363 Consolação – São Paulo, SP - Brasil

[www.bdo.com.br](http://www.bdo.com.br/) 01050-030

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores do

### Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião sobre as demonstrações financeiras**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

**Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R$ 211.850 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. A Administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da

COVID-19.

Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nasprovisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles- chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e

classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Ativo fiscal diferido** Conforme Nota Explicativa nº 14 (b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R$ 114.110 mil, que

tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para

constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

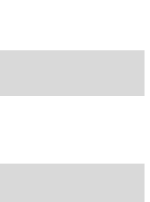
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1**

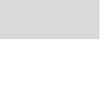
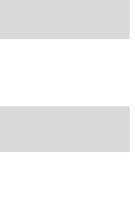
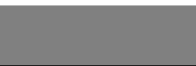
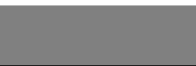
**Ismael Nicomédio dos Santos Contador CRC 1 SP 263668/O-4**

**Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Balanço Patrimonial**



**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*



**ATIVO**

**NOTA EXPLICATIVA**

**PASSIVO**

**NOTA EXPLICATIVA**

**31.12.2022**

**31.12.2021**

**DISPONIBILIDADES**

4

**100**

**131 DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**1.398.045**

**1.500.092**

**PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO**

Operações de Crédito

**PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

**TOTAL DO ATIVO**

7a e 8a

**(1.219)**

**(2.439)** Reservas de lucros

229.587

147.376

**4.939.939**

**3.885.791 TOTAL DO PASSIVO**

**4.939.939**

**3.885.791**

**31.12.2022**

**31.12.2021**



|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **4.954.340** | **3.874.643** | Recursos de Repasse | 9a | 932.706 | 991.643 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 5a e 5b | 2.715.166 | 1.804.700 | Empréstimos no Exterior | 9b | 410.967 | 447.657 |
| Instrumentos Financeiros e Derivativos | 5c |  | 4.501 | Instrumentos Financeiros e Derivativos | 5c | 8.652 |  |
| Operações de Crédito | 6e | 2.239.174 | 2.065.442 | Outros Passivos Financeiros | 9c | 45.720 | 60.792 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **(211.865)** | **(140.616) PROVISÕES** | **16** | **1.894** |  | **1.827** |
| 6a e 6e | (211.850) | (140.599) **OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS** | **10** | **96.133** |  | **48.567** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Outros Créditos |  | (15) | (17) | **OUTROS PASSIVOS** | 11 | **57.804** |  | **31.453** |
| **ATIVO FISCAL DIFERIDO** | 14b | **114.110** | **71.870** |  |  |  |  |  |
| **OUTROS ATIVOS** |  | **48.296** | **47.543** |  |  |  |  |  |
| Outros Valores e Bens | 7a | 41.411 | 41.968 |  |  |  |  |  |
| Outros Créditos | 7b | 6.885 | 5.575 |  |  |  |  |  |
| **IMOBILIZADO DE USO** | 8a | **33.849** | **33.849** |  |  |  |  |  |
| **INTANGÍVEL** | 8b | **9.870** | **7.558** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **12** | **3.386.063** |  | **2.303.852** |
| **DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** |  | **(7.542)** | **(6.748)** | Capital |  | 3.156.476 |  | 2.156.476 |
| Imobilizado |  | (4.348) | (3.872) | Capital De Domiciliados no País |  | 2.156.476 |  | 2.156.476 |
| Intangível |  | (3.194) | (2.876) | Aumento de Capital |  | 1.000.000 |  |  |

24

*(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Nota** | **2º Sem/2022** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **295.402** | | **541.523** **369.501** | |
| Operações de crédito | 6b | 198.134  105.888  (8.620) | 372.825 | 292.126 |
| Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio |  | 197.969 75.260 | |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 5c | (29.271) | 2.115 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **(129.804)** **(237.324)** **(174.873)** | | |
| Operações de empréstimos, cessões e repasses |  | (63.189)  - (66.615) | (144.120) | (133.984) |
| Operações de vendas ou de transferência de ativos financeiros | 6h | - 2.666 | |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 6f | (93.204) | (43.555) |
|  |  | **165.598** **304.199** **194.628** | | |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  |
|  |  |
| **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS**  **OPERACIONAIS** |  | **(14.109)** | **(22.210)** | **(44.183)** |
| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias | 13a | 38.316 | 68.496 38.455 | |
| Despesas de pessoal | 13b | (25.300) | (49.022) | (45.881) |
| Outras despesas administrativas | 13c | (17.276) | (34.843) | (36.132) |
| Despesas tributárias | 13d | (12.757) | (23.449) | (13.996) |
| Outras receitas operacionais | 13e | 3.031 16.791 13.856  (123) (183) (485)  **200** **(68)** **(288)**  381 148 (271)  (181) (216) (17)  **151.689** **281.921** **150.157**  **627** **636** **(772)**  **152.316** **282.557** **149.385** | | |
| Outras despesas operacionais |  |
|  |  |
| **DESPESAS DE PROVISÕES** |  |
| Trabalhista |  |
| Outras |  |
|  |  |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  |
|  |  |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL** |  |
|  |  |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES** |  |
|  |  |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | 14 | **(40.635)** **(75.587)** **(43.888)**  (71.012) (117.712) (56.556) | | |
| Imposto de renda e CSLL corrente |  |
| Imposto de renda e CSLL diferido |  | 30.377 | 42.125 | 12.668 |
|  |  | **(2.726)** **(4.288)** **(3.976)** | | |
| **PARTICIPAÇÃO NO LUCRO** |  |
|  |  |
| **RESULTADO LÍQUIDO** |  | **108.955** | **202.682** | **101.521** |
| **N.º DE AÇÕES** |  | **2.728.177.414** | **2.728.177.414** | **1.902.204.132** |
| **RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO** |  | **0,03994** | **0,07429** | **0,05337** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2º Sem/2022** | | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **Lucro Líquido do período / exercício** | **108.955** | **202.682** | **101.521** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Outros Resultados abrangentes** | **-** | **-** | **-** |
|  |  |  |  |
| **Resultado Abrangente do período / exercício** | **108.955** | **202.682** | **101.521** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

**Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Capital**  **realizado** | **Aumento de**  **Capital** | **Reservas de**  **lucros** | | **Lucros**  **acumulados** | **Total** |
|  |  |  | **Legal** | **Especial de**  **lucro** |  | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 01/07/2022** | 2.156.476 | - | 30.552 | 115.957 | - | 2.302.985 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Aumento de Capital** | - | 1.000.000 | - | - | - | 1.000.000 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido do semestre** | - | - | - | - | 108.955 | 108.955 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |
| **Reservas** | - | - | 5.448 | 44.645 | (50.093) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** | - | - | - | - | (25.877) | (25.877) |
| **Juros sobre o capital próprio adicionais propostos** | - | - | - | 32.985 | (32.985) | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 31/12/2022** | **2.156.476** | **1.000.000** | **36.000** | **193.587** | **-** | **3.386.063** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do período** | **-** | **1.000.000** | **5.448** | **77.630** | **-** | **1.083.078** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 01/01/2022** | 2.156.476 | - | 25.866 | 121.510 | - | 2.303.852 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Aumento de Capital** | - | 1.000.000 | - | - | - | 1.000.000 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Juros sobre o capital próprio exercício anterior** | - | - | - | (72.334) | - | (72.334) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido do exercício** | - | - | - | - | 202.682 | 202.682 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |
| **Reservas** | - | - | 10.134 | 82.263 | (92.397) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** | - | - | - | - | (48.137) | (48.137) |
| **Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos** | - | - | - | 62.148 | (62.148) | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 31/12/2022** | **2.156.476** | **1.000.000** | **36.000** | **193.587** | **-** | **3.386.063** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do período** | **-** | **1.000.000** | **10.134** | **72.077** | **-** | **1.082.211** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 01/01/2021** | 1.041.977 | 12.925 | 20.790 | 84.077 | - | 1.159.769 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Aumento de Capital** | 1.114.499 | (12.925) | - | (32.574) | - | 1.069.000 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Juros sobre o capital próprio exercício anterior** | - | **-** | - | (2.327) | - | (2.327) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido do exercício** | - | **-** | - | - | 101.521 | 101.521 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |
| **Reservas** | - | **-** | 5.076 | 41.021 | (46.097) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** |  |  |  |  | (24.111) | (24.111) |
| **Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos** | - | **-** | - | 31.313 | (31.313) | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 31/12/2021** | **2.156.476** | **-** | **25.866** | **121.510** | **-** | **2.303.852** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do exercício** | **1.114.499** | **(12.925)** | **5.076** | **37.433** | **-** | **1.144.083** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | |  | |  |  |  |

**Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**

**Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Sem/2022** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações** | **152.316** **282.557** **149.385** | | |
|  |
| **Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações** | **70.357** | **96.364** | **46.148** |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 66.616 93.205 43.555 | | |
| Depreciação e amortização | 395 | 794 | 792 |
| Provisão para desvalorização de títulos livres | 4.769 3.519 713 | | |
| Constituição de perdas por impairment de ativos | (1.221) | (1.221) | 800 |
| Provisão para passivos contingentes | (202) 67 288 | | |
|  |  |  |  |
| **Lucro ajustado antes dos impostos e participações** | **222.673** **378.921 195.533** | | |
|  |  |  |  |
| **Variação ativo/passivo** | **(1.092.785)** **(1.308.374)** **(1.113.975)** | | |
| (Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos | (876.240) | (946.642) | (1.063.619) |
| (Aumento)/redução operações de crédito | (131.283) (195.685) (96.607) | | |
| (Aumento)/redução créditos tributários | (30.434) | (42.240) | (12.786) |
| (Aumento)/redução outros créditos | 18.318 (1.311) (830) | | |
| (Aumento)/redução outros valores e bens | 520 | 557 | 15 |
| Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros | (5.688) (6.420) (95.434) | | |
| Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses | (84.502) | (95.627) | 177.117 |
| Aumento/(redução) outras obrigações | 32.697 49.773 11.791 | | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (16.173) | (70.779) | (33.622) |
|  | **(870.112)** **(929.453) (918.442)** | | |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** |
|  |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** |  |  |  |
| Aquisição de imobilizado de uso | - - (174) | | |
| Aplicações no intangível | (1.110) | (2.311) | (1.015) |
|  | **(1.110)** **(2.311)** **(1.189)** | | |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** |
|  |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior | - (88.538) (8.410) | | |
| Juros sobre o capital próprio pagos | (10.895) | (16.887) | (10.234) |
| Aumento de capital | 1.000.000 1.000.00 1.069.000 | | |
|  |  |  |  |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | **989.105** **894.575** **1.050.356** | | |
|  |  |  |  |
| **Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **117.883** **(37.189)** **130.725** | | |
|  |  |  |  |
| **Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa** |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício | 87.472 | 242.544 | 111.819 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício | 205.355 | 205.355 | 242.544 |
| **Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **117.883** | **(37.189)** | **130.725** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. **- Contexto operacional**

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição” ou “Desenvolve SP”) é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

1. Fundos governamentais;
2. Orçamento estadual;
3. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

### - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

### - Principais práticas contábeis

1. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

1. Instrumentos financeiros
2. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
3. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
   * Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

* + Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

* + Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução n° 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução n° 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

1. Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

1. Imobilizado de uso e Intangível.

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

1. Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

**Tributo Alíquota**

|  |  |
| --- | --- |
| Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%) | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | 21% |
| Programa de Integração Social – PIS | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN | Até 5% |

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Lei 14.446/2022, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

1. Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro- rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

1. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

* + Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
  + Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
  + Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

1. Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

1. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

1. Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

### - Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades 100 131

**31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota 5 a) | 205.255 | 242.413 |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **205.355** | **242.544** |

### - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

1. Composição da carteira – Títulos e Valores Mobiliários

Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | |  |  | **31.12.2021** | |
| **Circulante** | | **Não circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não circulante** | **Total** |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 165.600 | 2.209.238 | 2.374.838 | - | 1.421.076 | 1.421.076 |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | - | 22.644 | 22.644 | - | 21.359 | 21.359 |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa | 205.255 | - | 205.255 | 242.413 | - | 242.413 |

110.752 - 110.752 - 115.676 115.676

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cotas de Fundos Garantidores de Op.  de Crédito | - | 7.208 | 7.208 | - | 6.188 | 6.188 |
| (-) Provisões para desvalorizações | (5.420) | (111) | (5.531) | - | (2.012) | (2.012) |
| **Total** | **476.187** | **2.238.979** | **2.715.166** | **242.413** | **1.562.287** | **1.804.700** |

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

### Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**(Em Milhares de Reais)**

1. Cotas de fundos de investimento em participações

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022 31.12.2021** | | | | | | | | |
| **Fundo** | **Capital**  **subscrito** | **Capital**  **integralizado** | **Valor contábil** | **Provisão para**  **desvalorização** | **Capital**  **subscrito** | **Capital**  **integralizado** | **Valor contábil** | **Provisão para**  **desvalorização** |
| Inovação Paulista | 25.000 | 22.229 | 50.151 | (4.484) | 25.000 | 21.983 | 49.568 | - |
| Finhealth I (BBI Financial I) | 10.000 | 10.000 | 45.706 | (704) | 10.000 | 10.000 | 45.706 | (253) |
| CRP Empreendedor | 10.000 | 414 | 1.435 | - | 10.000 | 2.343 | 9.104 | - |
| Aeroespacial | 15.000 | 5.667 | 13.460 | (232) | 15.000 | 7.303 | 11.298 | (1.645) |
| **Total** | **60.000** | **38.310** | **110.752** | **(5.420)** | **60.000** | **41.629** | **115.676** | **(1.898)** |

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financial I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

34

1. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

**31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Swap - ativo Valor Referencial**  **(Conta de** | **Valor a Pagar/**  **Receber (Conta** | **Efeito líquido**  **(Conta de** | **Valor a Pagar/**  **Receber (Conta** | **Efeito líquido**  **(Conta de** |
| **Compensação)** | **Patrimonial)** | **Resultado)** | **Patrimonial)** | **Resultado)** |
| (US$+Libor+taxa) x (R$+%CDI) 158.205 | (8.652) | (29.271) | 4.501 | 2.115 |

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

**31.12.2022 31.12.2021**

**0-30 31-180 181-360 Acima de 360 Total Total**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Objeto | - | 5.036 | 30.249 | 121.570 | **156.855** | **167.328** |
| Instrumento | - | (7.183) | (5.054) | 3.585 | **(8.652)** | **4.501** |

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

**31.12.2022 31.12.2021**

**Valor referencial**

**Valor da Curva**

**Ajuste a Mercado**

**Valor de Mercado**

**Valor da Curva**

**Ajuste a Mercado**

**Valor de Mercado**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Objeto  e Desenvolvimento | **158.205** | 159.459 | (2.604) | **156.855** | 168.708 | (1.380) | **167.328** |
| Instrumento | **158.205** | (6.048) | (2.604) | **(8.652)** | 5.881 | (1.380) | **4.501** |

### – Operações de crédito

1. Carteira por modalidade

**31.12.2022 31.12.2021**

**Circulante Não Total Circulante Não Total circulante circulante**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Financiamentos | 239.725 | 693.943 | 933.668 | 198.553 | 758.188 | 956.741 |
| Financiamento de Infraestrutura | 56.818 | 165.869 | 222.687 | 57.073 | 128.377 | 185.450 |
| Empréstimos | 358.326 | 724.493 | 1.082.819 | 251.810 | 671.441 | 923.251 |
| **Total da Carteira de Crédito** | **654.869** | **1.584.305** | **2.239.174** | **507.436** | **1.558.006** | **2.065.442** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Provisão para perdas esperadas  associadas ao risco de crédito | (52.646) | (159.204) | (211.850) | (31.173) | (109.426) | (140.599) |
| **Total da Carteira de Crédito**  **Líquido de Provisões** | **602.223** | **1.425.101** | **2.027.324** | **476.263** | **1.448.580** | **1.924.843** |

1. Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Financiamentos | 75.933 | 146.617 | 102.001 |
| Empréstimos | 85.347 | 172.376 | 133.021 |
| Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento | 14.222 | 28.976 | 33.003 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Recuperação | de | créditos | baixados | como | prejuízo | 22.632 | 24.856 | 24.101 |
| **Total** | **198.134** | | | | | | **372.825** | **292.126** |

1. Carteira por setor de atividade econômica

**31.12.2022 Participação 31.12.2021 Participação**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Setor Público** | **322.704** | **14%** | **249.181** | **12%** |
| Administração Direta | 322.704 | 15% | 249.181 | 12% |
| **Setor Privado** | **1.916.470** | **86%** | **1.816.261** | **88%** |
| Outros serviços | 1.057.607 | 47% | 1.013.285 | 49% |
| Comércio | 444.151 | 20% | 401.613 | 20% |
| Indústria | 407.280 | 18% | 395.214 | 19% |
| Rural | 6.694 | - | 4.173 | - |
| Pessoas Físicas | 738 | - | 1.976 | - |
| **Total** | **2.239.174** | **100%** | **2.065.442** | **100%** |

### Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**(Em Milhares de Reais)**

1. Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Operações em Curso Anormal** | **(a)** |  |  |  |  |  |  |  |  | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **AA** | **A** | | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Total da Carteira** | **Total da**  **Carteira** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Operações em Curso N** | **ormal** |  |  |  |  |  |  |  |  | **31.12.2022 31.12.20** | **21** |
|  | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Total da Carteira Total da** | **Carteira** |
| **Parcelas Vincendas** | **406.788** | **353.980** | **461.240** | **662.887** | **48.041** | **24.883** | **29.659** | **15.306** | **86.439** | **2.089.223** | **2.027.128** |
| 01 a 30 | 40.769 | 10.280 | 12.446 | 17.875 | 1.431 | 918 | 647 | 394 | 1.245 | **86.005** | **47.268** |
| 31 a 60 | 8.186 | 8.144 | 10.585 | 15.226 | 1.108 | 762 | 439 | 334 | 346 | **45.130** | **40.033** |
| 61 a 90 | 8.776 | 7.599 | 10.272 | 14.818 | 1.095 | 735 | 437 | 333 | 319 | **44.384** | **38.465** |
| 91 a 180 | 39.279 | 22.537 | 30.247 | 44.661 | 3.147 | 2.133 | 1.371 | 996 | 979 | **145.350** | **120.506** |
| 181 a 360 | 49.536 | 47.094 | 66.009 | 90.926 | 7.200 | 4.313 | 3.018 | 2.081 | 3.924 | **274.101** | **244.277** |
| Acima de 360 | 260.242 | 258.326 | 331.681 | 479.381 | 34.060 | 16.022 | 23.747 | 11.168 | 79.626 | **1.494.253** | **1.536.579** |
| **Parcelas Vencidas** | **-** | **289** | **1.045** | **1.867** | **48** | **107** | **33** | **19** | **309** | **3.717** | **2.163** |
| 01 a 30 | - | 289 | 873 | 1.406 | 40 | 102 | 24 | 14 | 163 | **2.911** | **1.293** |
| 31 a 60 | - | - | 172 | 461 | 8 | 5 | 9 | 5 | 146 | **806** | **870** |
| **Subtotal** | **406.788** | **354.269** | **462.285** | **664.754** | **48.089** | **24.990** | **29.692** | **15.325** | **86.748** | **2.092.940** | **2.029.291** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vincendas** | **- - - 20.931** | **23.868** | **28.238** | **22.771** | **7.268** | **19.309** | **122.385** | **30.373** |
| 01 a 30 | **- - -** 373 | 243 | 573 | 438 | 188 | 566 | **2.381** | **701** |
| 31 a 60 | **- - -** 194 | 316 | 570 | 559 | 188 | 559 | **2.386** | **733** |
| 61 a 90 | **- - -** 194 | 379 | 601 | 557 | 188 | 578 | **2.497** | **731** |
| 91 a 180 | **- - -** 739 | 1.340 | 2.061 | 1.664 | 561 | 1.720 | **8.085** | **2.266** |
| 181 a 360 | **- - -** 2.216 | 3.070 | 4.022 | 3.303 | 1.121 | 3.424 | **17.156** | **4.515** |
| Acima de 360 | **- - -** 17.215 | 18.520 | 20.411 | 16.250 | 5.022 | 12.462 | **89.880** | **21.427** |
| **Parcelas Vencidas** | **- - - 1.463** | **2.511** | **5.034** | **4.897** | **1.931** | **8.013** | **23.849** | **5.778** |
| 01 a 30 | **- - -** 332 | 297 | 981 | 577 | 266 | 702 | **3.155** | **488** |
| 31 a 60 | **- - -** 184 | 402 | 517 | 422 | 224 | 724 | **2.473** | **455** |
| 61 a 90 | **- - -** 550 | 510 | 420 | 513 | 207 | 672 | **2.872** | **543** |
| 91 a 180 | **- - -** 397 | 1.302 | 1.814 | 1.554 | 631 | 2.139 | **7.837** | **1.334** |
| 181 a 360 | **- - - -** | - | 1.302 | 1.831 | 603 | 3.319 | **7.055** | **2.745** |
| Acima de 360 | **- - - -** | - | - | - | - | 457 | **457** | **213** |
| **Subtotal** | **- - - 22.394** | **26.379** | **33.272** | **27.668** | **9.199** | **27.322** | **146.234** | **36.151** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | | | | | | | |
| **Total** | **406.788** | **354.269** | **462.285** | **687.148** | **74.468** | **58.262** | **57.360** | **24.524** | **114.070** | **2.239.174** | **2.065.442** |

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

37

1. Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | **Operações** |  | **Operações** |  |
| AA | - | 406.788 | - | 327.248 | - |
| A | 0,5 | 354.269 | (1.771) | 422.679 | (2.113) |
| B | 1,0 | 462.285 | ( 4.623) | 447.467 | ( 4.475) |
| C | 3,0 | 687.149 | (20.614) | 659.370 | (19.781) |
| D | 10,0 | 74.468 | (7.447) | 51.004 | (5.101) |
| E | 30,0 | 58.261 | (17.478) | 32.711 | (9.813) |
| F | 50,0 | 57.361 | (28.681) | 40.226 | (20.113) |
| G | 70,0 | 24.525 | (17.168) | 18.447 | (12.913) |

**31.12.2022 31.12.2021**

**Nível de Risco Provisão % Valor das Provisão Valor das Provisão**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| H | 100,0 | 114.068 | (114.068) | 66.290 | (66.290) |
| **Total** | **2.239.174** | | **(211.850)** | **2.065.442** | **(140.599)** |

1. Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **159.091** | **140.599** | **108.344** |
| Créditos baixados para prejuízo | (13.856) | (21.953) | (11.300) |
| Provisão constituída | 66.615 | 93.204 | 43.555 |
| **Saldo Final** | **211.850** | **211.850** | **140.599** |

1. Informações complementares

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Créditos renegociados (1) | 81.594 | 116.218 | 421.485 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | 22.632 | 24.856 | 24.101 |

(1) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

1. No 2º semestre de 2021, foi realizada a cessão de créditos sem coobrigação de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, pelo valor de R$78.824, para a Companhia Paulista de Parcerias. Em decorrência, houve a redução do valor contábil das Operações de Crédito, em R$ 76.158, e o registro de receita de R$ 2.666.

### - Outros Ativos

1. Outros Valores e Bens

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | | **Provisão para Redução ao**  **Valor Recuperável de Ativos** | **Custo Líquido de Provisão** | |
| **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Ativos não financeiros mantidos  para venda – Imóveis recebidos | 41.354 | (1.219) | 40.135 | 40.224 |
| Despesas antecipadas | 57 | - | 57 | 55 |
| **Total** | **41.411** | **(1.219)** | **40.192** | **40.279** |

1. Outros Créditos

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | | |  |  | **31.12.2021** |
| **Circulante** | | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Devedores diversos – País | 1.009 | - | **1.009** | 1.318 | - | **1.318** |

bens

salarias

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Rendas a receber 4.895 | - | **4.895** | 3.381 | - | **3.381** |
| Adiantamentos e antecipações 243 | - | **243** | 167 | - | **167** |
| Devedores por compra de valores e 32 | 118 | **150** | 32 | 137 | **169** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Outros | 588 | - | **588** | 540 | - | **540** |
| **Total** | **6.767** | **118** | **6.885** | **5.438** | **137** | **5.575** |

### - Imobilizado e Intangível

1. Imobilizado de Uso

**Taxa de**

**Provisões para**

**Custo líquido de**

**Depreciação**

**ecuperável de Ativos**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Depreciação** | **Custo** | **Depreciação**  **R** | **Redução ao Valor** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Imóveis de Uso: |  |  |  |  |  |  |
| - Terrenos | - | 11.600 | - | - | 11.600 | 11.600 |
| - Edificações | 1,67% | 20.161 | (2.724) | - | 17.437 | 17.006 |
| Outras Imobilizações de Uso: |  |  |  |  |  |  |
| Móveis e Equipamentos | 3,33% a 20% | 1.571 | (1.223) | - | 348 | 468 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 138 | (115) | - | 23 | 29 |
| Sistema de Comunicação | 6,67% a 20% | 252 | (177) | - | 75 | 96 |
| Instalações | 10% | 127 | (109) | - | 18 | 27 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total em 31/12/2022** | **33.849** | **(4.348)** | **-** | **29.501** | **-** |
| **Total em 31/12/2021** | **33.849** | **(3.872)** | **(751)** | **-** | **29.226** |

1. Intangível

|  |  |
| --- | --- |
| **Custo Amortização** | **Custo Líquido de Amortização** |
| **31.12.2022 31.12.2021** |
| Outros Ativos Intangíveis: | |

*Software –* adquiridos 5.444 (3.194) 2.250 2.568

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Software –* gerados internamente | em | andamento | 4.426 | - | 4.426 | 2.114 |
| **Total em 31/12/2022** | **9.870** | | | **(3.194)** | **6.676** | **-** |
| **Total em 31/12/2021** | **7.558** | | | **(2.876)** | **-** | **4.682** |

### - Depósitos e demais instrumentos financeiros

1. Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

**31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **0-30** | | **31-180** | **181-360** | **Acima de**  **360** | **Total** | **%** | **Total** | **%** |
| BNDES | 12.626 | 65.896 | 81.700 | 338.161 | **498.383** | 53,44 | **460.992** | 46,48 |
| FUNGETUR | 11.652 | 45.954 | 55.474 | 223.263 | **336.343** | 36,06 | **425.564** | 42,92 |
| FINEP | 2.113 | 10.194 | 11.811 | 56.781 | **80.899** | 8,67 | **87.571** | 8,83 |
| FINAME | 708 | 2.962 | 3.184 | 10.227 | **17.081** | 1,83 | **17.516** | 1,77 |
| **Total** | **27.099** | **125.006** | **152.169** | **628.432** | **932.706** | **100,00** | **991.643** | **100,00** |

diferidos

1. Empréstimos no exterior

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022 31.12.2021** | | | | | | | | |
| **Tranche** | **Data da**  **Liberação** | **Vencimento**  **Final** | **Taxa de**  **Juros** | **Valor**  **liberado** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Total** |
| CAF-1 | 12/08/2020 | 12/08/2026 | CDI+2,84% | 109.912 | 30.470 | 73.274 | **103.744** | **113.923** |
| CAF-2 | 11/09/2020 | 11/09/2026 | CDI+2,74% | 84.022 | 22.292 | 56.015 | **78.307** | **86.496** |
| CAF-3 | 28/09/2020 | 28/09/2026 | CDI+2,82% | 77.876 | 20.144 | 51.917 | **72.061** | **79.910** |
| IFC -1 | 14/05/2021 | 16/03/2026 | Libor 6M +  2,45% | 158.205 | 35.285 | 121.570 | **156.855** | **167.328** |
| **Total** |  |  |  | **430.015** | **108.191** | **302.776** | **410.967** | **447.657** |

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge,* conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

1. Outros passivos financeiros

|  |
| --- |
| **31.12.2022 31.12.2021** |
| **Circulante Não Total Circulante Não Total circulante circulante** |
| **Recursos para Destinação Específica (1)** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo | 3.322 | - | 3.322 | 23.380 | - | 23.380 |
| Programa Água Limpa | 3.164 | 21.607 | 24.771 | 2.342 | 22.369 | 24.711 |
| Programa Frota Nova Município | 1.368 | 8.378 | 9.746 | 1.804 | 8.429 | 10.233 |
| Programa Incentivo ao Investimento  Esportivo | 366 | 1.111 | 1.477 | 717 | 1.316 | 2.033 |
| Programa Renova SP | - | 268 | 268 | 20 | 305 | 325 |
| Programa Desenvolve Municípios | 27 | 6.042 | 6.069 |  |  |  |
| **Subtotal** | **8.247** | **37.406** | **45.653** | **28.263** | **32.419** | **60.682** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Depósitos | vinculados | 67 | - | 67 | 110 | - | 110 |
| **Total** | **8.314** | | **37.406** | **45.720** | **28.373** | **32.419** | **60.792** |

**(1)** Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

### 10- Obrigações fiscais correntes e diferidas

sobre salários

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | | |  |  | **31.12.2021** |
| **Circulante** | | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Imposto de Renda | 45.532 | - | **45.532** | 19.917 | - | **19.917** |
| Contribuição Social | 42.613 | - | **42.613** | 21.294 | - | **21.294** |
| Impostos e contribuições | 2.981 | 115 | **3.096** | 2.903 | 117 | **3.020** |
| COFINS | 2.049 | - | **2.049** | 1.826 | - | **1.826** |
| Impostos e contribuições | - | 2.116 | **2.116** | - | 2.001 | **2.001** |
| PIS | 333 | - | **333** | 297 | - | **297** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Outros | 394 | - | **394** | 212 | - | **212** |
| **Total** | **93.902** | **2.231** | **96.133** | **46.449** | **2.118** | **48.567** |

**11 - Outros Passivos**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2022** | | |  |  | **31.12.2021** |
| **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Sociais e estatutárias **(a)** | 34.043 | - | **34.043** | 18.723 | - | **18.723** |
| Outras Obrigações **(b)** | 23.349 | 412 | **23.761** | 12.314 | 416 | **12.730** |
| **Total** | **57.392** | **412** | **57.804** | **31.037** | **416** | **31.453** |

1. Sociais e estatutárias

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | | |  |  | **31.12.2021** |
| **Circulante** | | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Juros sobre o capital próprio | 31.250 | - | **31.250** | 16.204 | - | **16.204** |
| Participação nos lucros | 2.793 | - | **2.793** | 2.519 | - | **2.519** |
| **Total** | **34.043** | **-** | **34.043** | **18.723** | **-** | **18.723** |

1. Outras Obrigações

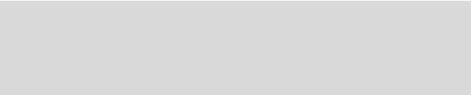
|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | | |  |  | **31.12.2021** |
| **Circulante** | | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Credores diversos | 1.223 | - | 1.223 | 654 | - | 654 |

pessoal

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Provisões para despesas de 3.411 | 412 | 3.823 | 3.751 | 416 | 4.167 |
| Fornecedores 3.140 | - | 3.140 | 3.120 | - | 3.120 |
| Provisões para despesas 3.831 | - | 3.831 | 4.101 | - | 4.101 |
| Adiantamentos por Fundos 11.323 |  | 11.323 | 283 |  | 283 |
| Cobrança e arrecadação de 421 | - | 421 | 405 | - | 405 |
| **Total 23.349** | **412** | **23.761** | **12.314** | **416** | **12.730** |

administrativas





Garantidores de Operações



tributos



### 12- Patrimônio líquido

1. Capital social

O capital social de R$3.156.476 (R$2.156.476 em 2021) está representado por 2.728.177.414 (1.902.204.132 em 2021) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$63.925, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R$12.925). Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R$32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$18.000). Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital no montante de R$1.000.000, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do estado de São Paulo. As aprovações pelo Banco Central do Brasil ocorreram em 23 de abril de 2021, 1º de junho de 2021 e 23 de dezembro de 2021, respectivamente. Em 14 de dezembro de 2022, houve um aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R$1.000.000 aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2023.

1. Reserva de lucros
   1. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram destinados para essa reserva o montante de R$10.134 (R$5.076 em 2021).

* 1. Reserva especial de lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R$144.411 em 2022 (R$62.148 dividendos adicionais propostos e R$82.263 sobra de lucro após distribuição) e R$ 72.334 em 2021 (R$31.313 dividendos adicionais propostos e R$41.021 sobra de lucros após distribuição).

1. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

|  |
| --- |
| **31.12.2022 31.12.2021** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Lucro Líquido | 202.682 | 101.521 |
| (-) Reserva Legal | (10.134) | (5.076) |
| **Base de Cálculo Ajustada** | **192.548** | **96.445** |
| Dividendo mínimo obrigatório - JCP | 48.137 | 24.111 |
| JCP adicionais propostos | 62.148 | 31.313 |
| Reserva de lucros | 82.263 | 41.021 |

1. Lucro por ação

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Lucro líquido do período | 108.955 | 202.682 | 101.521 |
| Número de Ações | 2.728.177.414 | 2.728.177.414 | 1.902.204.132 |
| Lucro por ação (R$) | 0,03994 | 0,07429 | 0,05337 |

### - Desdobramento das contas de resultado

1. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Receitas de prestação de serviços 26.083 46.642 23.439

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Rendas | de | tarifas | bancárias | 12.233 | 21.854 | 15.016 |
| **Total** | **38.316** | | | | **68.496** | **38.455** |

1. Despesas de pessoal

**2º sem/2022 31.12.2022 31.12.2021**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Proventos | | (14.576) | (28.163) | (25.996) |
| Encargos sociais | | (5.063) | (9.939) | (9.344) |
| Benefícios | | (4.043) | (7.679) | (7.018) |
| Honorários de diretores e conselheiros | | (1.231) | (2.600) | (3.010) |
| Treinamento | | (251) | (404) | (313) |
| Estagiários | (136) | | (237) | (200) |
| **Total** | **(25.300)** | | **(49.022)** | **(45.881)** |

1. Outras despesas administrativas

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | **2º sem/2022** | **31.12.2022** | | **31.12.2021** | |
| Processamentos de dados | | (5.578) | (10.948) | | (6.621) | |
| Serviços técnicos especializados | | (3.134) | (6.655) | | (7.416) | |
| Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) | | (2.137) | (3.671) | | (1.834) | |
| Contribuições filantrópicas | | (2.100) | (2.100) | | (1.980) | |
| Serviços do sistema financeiro(a) | | (355) | (1.947) | | (8.029) | |
| Patrocínios e relações públicas(b) | | (841) | (1.917) | | (1.359) | |
| Serviços de terceiros | | (403) | (1.802) | | (2.275) | |
| Manutenção e conservação de bens | | (762) | (1.448) | | (1.435) | |
| Propaganda e publicidade (b) | | (329) | (1.162) | | (2.391) | |
| Transporte | | (405) | (777) | | (631) | |
| Depreciação | | (236) | (476) | | (468) | |
| Amortização | | (159) | (318) | | (324) | |
| Vigilância e segurança | | (136) | (273) | | (259) | |
| Materiais de Escritório | | (172) | (258) | | (169) | |
| Comunicações | | (120) | (226) | | (209) | |
| Viagem ao Exterior | | (143) | (212) | | - | |
| Publicações | | (74) | (204) | | (373) | |
| Água, energia e gás | | (82) | (190) | | (155) | |
| Viagem no país | | (70) | (181) | | (112) | |
| Seguros | (40) | | | (78) | | (92) |
| **Total** | **(17.276)** | | | **(34.843)** | | **(36.132)** |

**(a)** Contempla o montante de R$ 1.340 (R$7.768 em 2021), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

**(b)** As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº

13.303, de 30 de junho de 2016.

1. Despesas tributárias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2022** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Contribuição ao COFINS | (9.778) | (18.058) | (10.646) |
| Contribuição ao PIS | (1.589) | (2.934) | (1.730) |
| ISSQN | (1.172) | (2.093) | (1.302) |
| IPTU | (138) | (277) | (244) |
| Outras | (80) | (87) | (74) |
| **Total** | **(12.757)** | **(23.449)** | **(13.966)** |

1. Outras receitas operacionais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2022** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Variação Cambial s/empréstimo no exterior | 273 | 10.973 | 9.889 |
| Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior | - | 1.565 | 1.968 |
| Recuperação de Despesas | 1.316 | 2.582 | 1.195 |
| Reversão Provisão Perdas p/redução vr.recup.ativos | 751 | 751 | - |
| Reversão Despesas Administrativas | 546 | 681 | 351 |
| Laudos de avaliação de bens | 46 | 134 | 180 |
| Outras | 99 | 105 | 273 |
| **Total** | **3.031** | **16.791** | **13.856** |

### - Imposto de renda e contribuição social

1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2º** | **sem/2022** | **3** | **1.12.2022** | **3** | **1.12.2021** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e 152.316 | 152.316 | 282.557 | 282.557 | 149.385 | 149.385 |
| Participação dos empregados (2.726) | (2.726) | (4.288) | (4.288) | (3.976) | (3.976) |
| Resultado após a participação dos empregados 149.590 | 149.590 | 278.269 | 278.269 | 145.409 | 145.409 |
| **Alíquotas vigentes(a) 25%** | **20,80%** | **25%** | **20,43%** | **25%** | **22,37%** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social às (37.398)** | **(31.117)** | **(69.568)** | **(56.853)** | **(36.352)** | **(32.529)** |
| Adições (20.526) | (16.881) | (29.675) | (24.136) | (15.067) | (11.921) |
| Exclusões 3.184 | 2.634 | 5.615 | 4.569 | 7.282 | 5.806 |
|  |  |  |  |  |  |
| Incentivos Fiscais 2.130 | - | 2.164 | - | 1.193 | - |
| Prorrogação de licença maternidade - | - | 69 | - | 91 | - |
| Juros sobre capital próprio 14.715 | 12.247 | 27.571 | 22.532 | 13.856 | 11.085 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e CSLL corrente (37.895)** | **(33.117)** | **(63.824)** | **(53.888)** | **(28.997)** | **(27.559)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Ativo Fiscal Diferido líquido 16.908 | 13.526 | 23.467 | 18.773 | 7.066 | 5.720 |
| Passivo fiscal diferido liquido (32) | (25) | (64) | (51) | (66) | (52) |
|  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e CSLL diferido 16.876** | **13.501** | **23.403** | **18.722** | **7.000** | **5.668** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social do (21.019)** | **(19.616)** | **(40.421)** | **(35.166)** | **(21.997)** | **(21.891)** |

participações



**alíquotas vigentes(b)**







**Período**

1. Conforme Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.
2. Apuração da CSLL, conforme § 1º do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.
3. Ativo fiscal diferido

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Diferenças Temporárias** | **Saldo em**  **31.12.2021** | **Baixa Co** | **nstituição** | **Saldo em**  **31.12.2022** |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | 65.717 | (5.424) | 41.967 | 102.260 |
| Rendas de atraso | 1.579 | (778) | 4.693 | 5.494 |
| Provisões para desvalorização de BNDU | 760 | (212) | - | 548 |
| Provisões para desvalorização de títulos livres | 906 | (859) | 2.442 | 2.489 |
| Provisões para passivos contingentes | 824 | (175) | 205 | 854 |
| Provisões para despesas administrativas | 2.076 | (1.351) | 1.733 | 2.458 |
| Provisões para outros créditos | 8 | (1) | - | 7 |
| **Total dos créditos tributários diferidos** | **71.870** | **(8.800)** | **51.040** | **114.110** |
| Diferença entre as depreciações contábil e fiscal | (2.001) | - | (115) | (2.116) |
| **Total das obrigações tributárias diferidas** | **(2.001)** | **-** | **(115)** | **(2.116)** |

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN n° 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **Acima de 2027** | **Total** |
| Valor nominal | 33.973 | 37.659 | 8.614 | 7.036 | 5.636 | 21.192 | **114.110** |
| Valor presente | 30.266 | 30.779 | 6.519 | 4.930 | 3.657 | 10.940 | **87.091** |

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Em 02 de setembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.446, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022, que estabeleceu a alíquota de CSLL 21% (vinte e um por cento) para as instituições financeiras até o dia 31 de dezembro de 2022, e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023.

O parágrafo único, do artigo 10, da Resolução CMN nº 4.842/2020, de 30 de julho de 2020, disciplina que, no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos no ativo e no passivo fiscal diferido devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo será liquidada.

Nesse sentido, a parcela do ativo fiscal diferido sobre provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de operações inadimplidas, rendas de atraso e provisão para despesas administrativas que seriam realizados até 31 de dezembro de 2022, foram calculados considerando a alíquota majorada de CSLL de 21%.

Neste semestre e exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

### - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A

empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI e foram levados à despesa o valor de R$4.934 (R$400 em 2021). No exercício de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R$2.311 (R$ 1.016 em 2021) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP – Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R$ 3.605 (R$2.948 em 2021), serviços de publicidade legal de todos o atos de interesse da Instituição R$97 (R$292, em 2021 o serviço foi prestado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo que foi incorporada pela PRODESP) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção “*on site*” R$856 (R$174 em 2021).

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO

PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$1.001 (R$2.738 em 2021).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa

foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$117 (R$62 em 2021).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada

para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$85.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R$850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas em 2021.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE –

Coparticipação de despesas médicas. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$67.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2022** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **Benefícios de Curto Prazo** | **6.671** | **13.526** | **13.524** |
| Superintendentes | 5.145 | 10.412 | 10.058 |
| Diretoria(a) | 585 | 1.320 | 1.638 |
| Conselho de Administração(a) | 389 | 792 | 761 |
| Comitê de Auditoria | 335 | 671 | 679 |
| Conselho Fiscal | 217 | 331 | 388 |
| **Outros Benefícios de Longo Prazo** | **90** | **224** | **292** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Diretoria(a) | 90 | 224 | 292 |
| **Total** | **6.761** | **13.750** | **13.816** |

**(a)** Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

### - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **31.12.2021** | **Baixa** | | **Constituição** | | **31.12.2022** | | |
| Trabalhista | 1.122 | (389) | | 240 | | 973 | | |
| Cível | 705 | | - | | 216 | | 921 |
| **Total** | **1.827** | | **(389)** | | **456** | | **1.894** |

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **31.12.2022** | **31.12.2021** | |
| Trabalhista | 467 | 855 | |
| Cível | 1.109 | | 942 |
| **Total** | **1.576** | | **1.797** |

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

### - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

### - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da Instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

### - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez, social, ambiental e climático).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

### - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço https://[www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/,](http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/) no site da Instituição.

1. Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

1. Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

1. Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

### - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

1. Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

* A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da Instituição.
* Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
* Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWACPAD, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

1. Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWAOPAD, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

1. Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

1. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento do Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

1. Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da Instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

1. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

### – Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da Instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

### - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

### - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

### - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ADEQUAÇÃO DE CAPITAL** | **VALORES EM R$ MIL** | |
| **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **2.376.783** | **2.299.169** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRRWA)** | **2.026.783** | **1.949.169** |
| PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 2.026.783 | 1.949.169 |
| EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE | - | - |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR\_I)** | **2.376.783** | **2.299.169** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR\_II)** | **-** | **-** |
| **CAPITAL PRINCIPAL** | **2.376.783** | **2.299.169** |
| DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO | 350.000 | 350.000 |
| SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 29.501 | 29.226 |
| PARCELA RWACPAD - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada | 2.317.789 | 2.146.429 |
| PARCELA RWAMPAD - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada | 216 | 304 |
| PARCELA RWAOPAD - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada | 447.967 | 318.542 |
| IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária | 102.507 | 1.098 |
| **RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD)** | **2.765.971** | **2.465.276** |
| MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 983.891 | 945.359 |
| **ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022** | **69.149** | **49.306** |
| **MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP** | **1.633.849** | **1.071.543** |
| **ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)** | **73,28%** | **79,06%** |
| **ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)** | **73,28%** | **79,06%** |
| **ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)** | **73,28%** | **79,06%** |

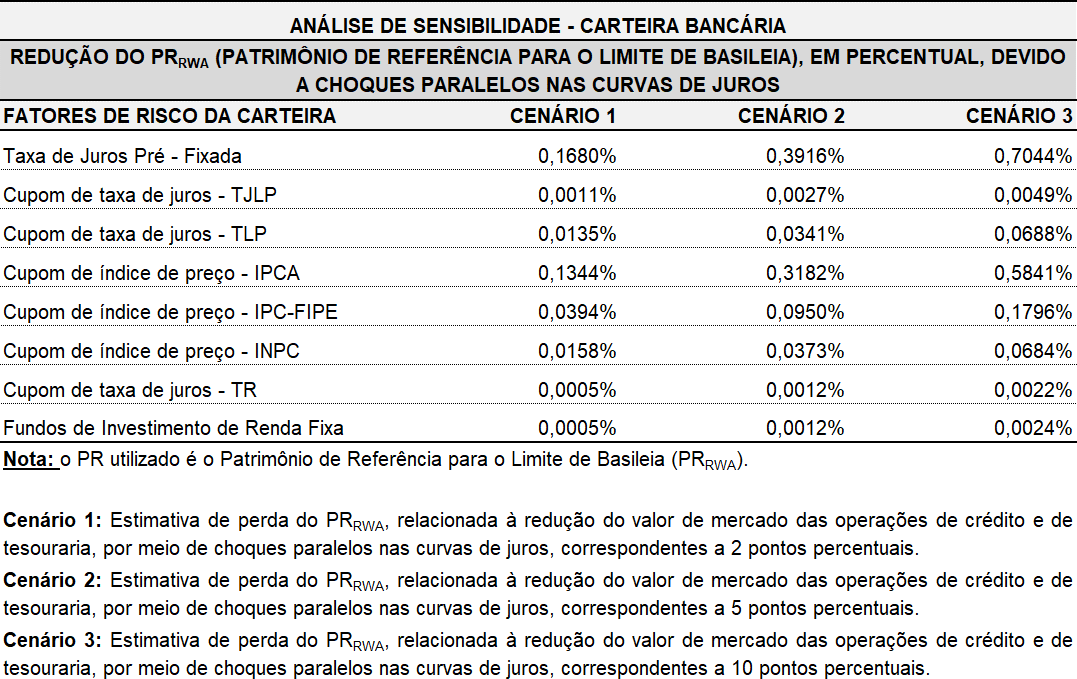
### - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as suas operações, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.



### - Outras Informações

1. **Efeitos da Pandemia - COVID-19**

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

* Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
* Operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

### Resultados recorrentes/não recorrentes

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2022** | | | | |  | **31.12.2021** |
| **Resultado Recorrente** | | **Resultado**  **não Recorrente** | **Total** | **Resultado Recorrente** | **Resultado**  **não Recorrente** | **Total** |
| Receitas da Intermediação  Financeira | 541.523 | - | **541.523** | 369.501 | - | **369.501** |

Despesas da Intermediação Financeira

(237.324) - **(237.324)** (174.873) - **(174.873**



Resultado Bruto da Intermediação Financeira

304.199

**304.199**

194.628

**194.628**



Outras Receitas (Despesas) Operacionais **(1)**

(22.278)

**(22.278)**

(43.621)

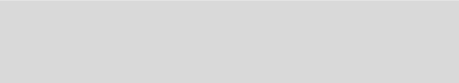
(850)

**(44.471)**

Resultado Operacional 281.921 - **281.921** 151.007 (850) **150.157**

Resultado não Operacional (**2)** 488 148 **636** (772) - **(772)**

Imposto de Renda e Contribuição Social **(3)**



Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações

282.409

148

**282.557**

150.235

(850)

**149.385**

(75.520) (67) **(75.587)** (43.888) - **(43.888)**

Participações no Lucro (4.288) - **(4.288)** (3.976) - **(3.976)**



**Lucro Líquido**

**202.601**

**81**

**202.682**

**102.371**

**(850)**

**101.521**

Resultados não recorrentes:

**(1)** Referem-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c)

**(2)** Referem-se a:

2022: lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$148).

**(3)** Referem-se a:

2022: efeito dos tributos sobre o lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$67).

### – Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Instituição constituiu um grupo de trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN nº 4.966.

De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:

* Elaboração do Modelo de Negócios;
* Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
* Metodologia para cálculo do valor justo;
* Metodologia para apuração da taxa efetiva;
* Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
* Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;
* Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
* Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de *hedge*.

Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e *Compliance & Risk*.

A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e devem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição iniciou o processo de contratação de uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.

### – Eventos Subsequentes

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R$1.000.000.

### Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administraçãosuportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

### DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira e de Crédito e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração Eduardo Marson Ferreira

Jerônimo Antunes Lídia Goldenstein Luiz Márcio de Souza

Roberto Brás Matos Macedo Ricardo Dias de Oliveira Brito Ricardo Lorenzini Bastos Thiago Pinho Mardo

### COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes – Presidente do Comitê de Auditoria Francisco Vidal Luna

Izaura Antunes de Sá Finzetto Walter Mallas Machado de Barros

### CONSELHO FISCAL

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva – Conselheiro Fiscal Efetivo; Elisabete Miyuki Nakayama – Conselheira Fiscal Suplente;

Emília Ticami – Conselheira Fiscal Efetiva;

Rodrigo Bezerra da Silva – Conselheiro Fiscal Suplente; Wilson Sérgio Pedroso Junior – Conselheiro Fiscal Efetivo; Marcelo Gomes Sodré – Conselheiro Fiscal Suplente; Marisa de Andrade Santarém – Conselheiro Fiscal Efetivo; Gustavo Carvalho Tapia Lira – Conselheira Fiscal Suplente;

### SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Washington Haruo Hirata Contador CRC 1SP165475/O-4